

A Velha e a Nova Questão de Avaliação

Vera Rudge Werneck*

RESUMO

O texto mostra que a questão da avaliação é antiga mas só agora o homem reflete de modo mais sistemático sobre ela.

A avaliação só pode ser feita em função do conceito de valor. Valor é aquilo que de algum modo pode satisfazer a alguma necessidade humana. A avaliação vai analisar o valor de algo em relação a algum anseio humano. O problema da avaliação não pode portanto ser resolvido sob a ótica tecnicista sem embasamento filosófico.

A avaliação deve ter como polo de referência o homem tanto enquanto "pessoa" como enquanto "personalidade".

Focaliza ainda a questão da avaliação na área da educação.

Admitindo como educação o processo que leva à apreensão adequada e a hierarquização dos valores pela sensibilidade tanto para o material como para o não material conclui que a avaliação deve focalizar as duas instâncias. Deve focalizar o desempenho da sensibilidade, da inteligência e da vontade do homem.

Finalmente, mostra a diferença entre avaliação e mensuração.

Graças a Deus, só mesmo dizendo assim, a humanidade resolveu trazer à discussão o tema da avaliação. Quanta injustiça, quanta mágoa, quanto sofrimento, quanta decepção, quanto tempo perdido poderiam ter sido evitados, se os homens tivessem refletido mais e há mais tempo sobre o valor que dão às coisas e a eles próprios!

O homem sempre avaliou o homem. Sempre houve um julgamento sobre as ações humanas. Esta é, pois, uma velha questão. No entanto, só agora começa-se a refletir de modo mais sis-

temático sobre ela. É dos nossos dias a procura do estabelecimento de uma teoria da avaliação. Pode-se, por isso, dizer que essa é uma velha e nova questão.

Que é valor? Valor é aquilo que, de algum modo, pode satisfazer a alguma necessidade humana. É algo que, de alguma maneira, pode corresponder às carências do homem e assim tornar melhor a sua vida.

A avaliação vai analisar o valor de algo em relação a algum anseio humano. Não é possível avaliar sem um referencial, não é possível uma avaliação sem um pólo de referência. Em última

Vera Rudge Werneck

Mestre em Filosofia, PUC;

Doutorado em Filosofia,

UGF; Graduação em

Psicologia e Orientação

Educacional, PUC;

Professora titular do curso de

Pós-Graduação em Filosofia,

UGF.

(*) Filiação Institucional: Professora titular do curso de Pós-graduação em Filosofia, UGF.

instância, a referência é sempre o homem, o seu bem, a sua satisfação ou mesmo o seu prazer. Torna-se então fundamental a visão clara da finalidade do valor para o estabelecimento de critérios que possibilitem a sua aferição.

Sob certo ponto de vista, há motivos para júbilo, pois o tema da avaliação está em pauta, sendo estudado por diversos ângulos. Por outro lado, corre-se agora um outro risco: o da redução do problema pela tentativa de solucioná-lo apenas pela ótica tecnicista sem maior embasamento filosófico.

A questão da avaliação começa na antropologia filosófica, passa pela gnosiologia dos valores para desembocar na ética, no direito e nas demais ciências incumbidas de regulamentar o comportamento humano. Não há como fugir da reflexão filosófica diante da questão da avaliação.

A primeira consciência que cada um tem de si mesmo é a de um ser em estado de falta, de carência, de necessidade, exigindo algo que tenha valor para satisfazê-lo, para plenificá-lo. O primeiro conhecimento que o homem tem de si mesmo não se dá pela conceituação ou pela definição, mas pela percepção da sua incompletude. O que pode completá-lo é exatamente o valor desejado primeiramente de modo global e difuso e depois situado nos entes que constituem bens de valor. A carência do homem, como diz o princípio, primeiro da teoria dos valores, é axiológica e não ontológica..

Miguel Reale expressa essa situação afirmando que "o ser do homem é o seu dever-se" e esse "dever-se" ocorre pela aquisição, pela incorporação do valor.

Tem valor para o homem, vale para ele, é avaliado positivamente tudo aquilo que satisfaz a sua necessidade.

Avaliar é antes de mais nada buscar saber se o objeto da avaliação pode de algum modo corresponder à necessidade do homem, se é bom para ele, se pode ser considerado como um "bem de valor" ou se, guardando a aparência do valor, é, na verdade, um contravalor, algo de pernicioso, de prejudicial.

O ser humano pode ser considerado sob um duplo aspecto: ele é "pessoa" e é uma "perso-

nalidade". Enquanto "pessoa" é o homem um animal, um ser vivo com necessidades materiais que busca os valores vitais.

Quer ar puro, quer alimentos, quer medicamentos, agasalhos, enfim, tudo o que representa para ele saúde. Quer ainda o útil, como aquilo que facilita o seu viver neste mundo por constituir-se em extensões para seus olhos, suas mãos e pés.

Enquanto pessoa, é ele um animal dotado de racionalidade e por isso é tão importante para ele o valor da "verdade". O homem procura o verdadeiro, aquilo que possa satisfazer a sua inteligência. É ele ainda dotado de uma vontade livre que anseia por responder pelos seus atos, por um agir. O valor do bem, o do respeito, o da justiça manifestam-se como exigências da vida moral e são assim fundamentais para a humanidade. Resta ainda a afetividade que faz com que busque o outro que aparece como o valor capaz de preencher a carência nessa área.

Qualquer avaliação, especialmente no campo educacional, deve contemplar o referencial homem considerado enquanto pessoa. Neste sentido, pode-se dizer que homem é a medida. Da produção agrícola à industrial, da construção de casas à de navios ou de aviões, do sistema de leis à produção artística, considera-se como "bem valioso", como "bem" o que de algum modo possa satisfazer às necessidades da pessoa humana.

Esse é sempre o primeiro referencial da avaliação: a pessoa humana. Suas exigências passam na frente de qualquer outra própria das diferentes personalidades. Os valores próprios da pessoa humana constituem os bens fundamentais aos quais todos têm direito. Havendo a necessidade de sacrifícios, que sejam preteridos os bens que satisfaçam às personalidades em benefício dos próprios da pessoa.

Pode ainda o homem ser considerado "personalidade", com uma estrutura de carências individualizada, própria de cada um. Fatores geográficos, históricos, culturais e genéticos fazem com que o sistema de carências se organize diferentemente, levando cada um a procurar os valores de um modo personalizado. Para alguns, a música é de extrema importância, enquanto outros prezam mais as ciências ou a religião.

Enquanto os valores da "personalidade" diferem quanto à relevância estabelecendo escalas próprias e diferenciadas, os da "pessoa" são universais e necessários.

A avaliação vai forçosamente ter como pólo de referência a pessoa humana e a sua personalidade. Afirma Max Scheler que "tudo o que possuir um valor positivo deve ser e tudo o que possuir um valor negativo não deve ser" (Scheler, 1955, p. 222).

Diante do problema maior da avaliação, o do estabelecimento de critérios, a afirmação de Max Scheler parece de grande ajuda: tudo o que se constituir em valor positivo para o homem enquanto pessoa e enquanto personalidade deve ser aceito e tudo o que representar um valor negativo para essas duas situações deve ser rejeitado.

Podem ocorrer ocasionalmente um aparente conflito entre os valores ideais para a realização da pessoa e da personalidade. Parece, às vezes, que para uma personalidade satisfazer-se plenamente vai ser preciso negar, contrariar certos valores próprios da pessoa. Parece haver em certos casos um antagonismo entre a realização da personalidade de cada um e o direito de todos à plenificação da sua pessoa. Num mesmo indivíduo necessidades próprias da personalidade, como é o caso da arte, por exemplo, podem opor-se a exigências fundamentais como a do exercício da razão ou do respeito pelo 'outro'.

Nesses casos, a avaliação vai privilegiar os valores fundamentais da pessoa deixando em segundo plano aqueles próprios das diferentes personalidades.

A necessidade do esporte que alguns têm de modo tão marcante, a do poder, a do convívio social, a da solidão etc, próprias das várias personalidades, só podem ser atendidas depois de satisfeitas aquelas essenciais ao homem enquanto pessoa nele próprio e no próximo. Muitas vezes, na prática educacional, esse problema aparece exigindo do educador muita atenção para não compactuar com possíveis e importantes inversões dele decorrentes.

Assim como a pessoa busca a sua realização pela incorporação dos valores básicos da saúde, do conhecimento da verdade, da prática do

bem, do amor ao próximo, enfim, da conquista da dimensão de "pessoa", cada personalidade vai procurar a plenitude pela aquisição dos valores que correspondem às suas múltiplas carências.

Chega-se agora à questão da avaliação na área da educação. Especialmente nos dias de hoje, esta é de fundamental importância dadas as constantes mudanças no mundo moderno. A velocidade das conquistas da ciência e da técnica conduzem a novas necessidades e a mudanças frequentes nas escalas de valores. Novos conhecimentos científicos levam a reformulações dos conceitos de saúde, de espaço, de tempo, do modo ideal do relacionamento humano que exigem contínuas correções de rumos. As novas invenções, o progresso da tecnologia foram tão marcantes que muitas vezes propiciaram a perda dos referenciais e a inversão das escalas de valor.

Torna-se, portanto, cada vez mais necessário o estabelecimento de métodos e de normas que permitam ao homem medir e avaliar a sua ação em todos os campos e também no da educação.

A demanda da excelência, do aperfeiçoamento constante exige que se chegue a padrões de medida em todas as instâncias do homem. Que se desenvolva ao máximo a sua animalidade e a sua humanidade, a sua pessoa e a sua personalidade. Cada vez mais vai-se impor a exigência do aprimoramento da sensibilidade, das capacidades cognitivas e volitivas do homem.

Admitindo-se como educação o processo que leva à apreensão adequada e à hierarquização dos valores pela sensibilidade, tanto para o material como para o não material, deve o educador apurá-la cada vez mais. A avaliação educacional não pode deixar de lado esse aspecto, cuidando apenas do intelectual. Deve examinar, verificar, cuidar da sensibilidade entendida tanto como a capacidade para perceber e discriminar os valores materiais, por ex., a distinção entre o saudável e o venenoso, entre o adequado e o prejudicial, como o sentimento que permite a apreensão dos valores próprios do espírito, como o da beleza, por exemplo. Cabe ao processo educacional levar o educando a buscar a verdade, o belo e o bem, devendo ser condenadas as práticas complacentes com o

erro, a mentira, o feio e o mal.

O emprego desse critério de avaliação na área educacional, embora difícil e exigindo definições e discussões, apresenta-se como fundamental. Não é admissível que o educador aceite e faça vista grossa diante de contravalores obviamente prejudiciais ao homem. Especialmente no passado, pela supervalorização do conhecimento intelectual, procurou-se desenvolver a inteligência.

Hoje a exigência é mais global, buscando-se métodos que permitam o progresso de todos os aspectos do ser do homem.

Por certo continua o objetivo do conhecimento intelectual não apenas no sentido cumulativo, mas no da capacidade de análise, de crítica e do uso do conhecimento de modo adequado. Embora não mais se acredite que o simples desenvolvimento intelectual torne o homem moralmente melhor nem o faça superior aos demais, percebe-se que a capacidade cognitiva pode aprimorar-se especialmente se for trabalhada desde a mais tenra infância e que o aumento da bagagem intelectual em todas as áreas proporciona ao homem uma nova dimensão de vida possibilitando-lhe um maior domínio sobre si mesmo e sobre a natureza.

É ainda fundamental para o educador o desenvolvimento da vontade como capacidade que leva o homem a agir, a fazer e até mesmo a conhecer. Não que seja ela considerada como faculdade cognitiva. A sua força, porém, mobiliza o homem para a ação e é por meio dela que ele produz a cultura. A vontade segue os juízos de valor a ela apresentados pela razão e responde pela liberdade do agir humano. Essa vontade na direção da conquista de autonomia, de independência, da capacidade de resposta, da responsabilidade deve também ser aprimorada e avaliada pelo educador.

É bem verdade que se torna extremamente difícil avaliar a vontade ou a sensibilidade. O educador avalia sempre pelas manifestações. É mais fácil conhecer as demonstrações da inteligência, seja pela expressão verbal, seja pelo desempenho nos diversos tipos de provas, do que avaliar as manifestações da sensibilidade e da vontade. Além da precariedade dos instrumentos de medida, aparece ainda com mais força o

obstáculo da personalidade do avaliador.

Percebe-se, no entanto, hoje em dia, com clareza que não são mais suficientes os parâmetros do passado, a simples medição da produção escolar, da performance acadêmica ou dos níveis de inteligência. A avaliação educacional é muito mais do que isso. É um tipo de procedimento que, para abranger a humanidade do homem, tem que ultrapassar a medida objetiva e ao mesmo tempo precaver-se contra os enganos da subjetiva.

Afirma Nilson José Machado que "juízos de valor são sempre mais complexos do que meras operações de medição, em consequência, a tarefa do professor ao avaliar, mais do que saberes técnicos, exige a competência, o discernimento e o equilíbrio de um magistrado, uma vez que o que está em jogo é o pleno desenvolvimento de um ser humano" (Machado, 1994, p. 9). Esta é uma afirmação que deve ser objeto de meditação especialmente pelo técnico que necessita avaliar a performance esportiva, artística ou operacional. Como medir esses desempenhos para que seja desenvolvida a capacidade técnica, sem perder de vista o homem como um todo? Como impedir que o extremo desenvolvimento de uma área o diminua em outras ou mesmo prejudique sua realização como pessoa? Em alguns casos o atletismo ou as atividades que exigem grande precisão motora podem levar a treinamentos que entrem em conflito com o processo educacional como um todo.

Como resolver esse complicado problema? Vai ser preciso hierarquizar os valores e fazer opções de cunho filosófico. Quem é o homem? Quais os valores fundamentais para a sua realização? Até que ponto podem eles ser sacrificados em benefício de um interesse?

Educar, tanto na sua definição etimológica de "conduzir para fora numa direção" quanto na definição real, aqui empregada, como processo de reflexão sobre os valores que deve levar o homem a buscá-los e a hierarquizá-los adequadamente de acordo com as necessidades da pessoa e da personalidade, não é o mesmo que treinar ou adestrar, ou mesmo instruir.

Avaliar é sempre julgar da importância de um fenômeno em relação a um determinado referencial. O conceito de avaliação é sempre

mais abrangente do que o de medir porque implica o julgamento do incomensurável. É relativamente fácil medir a performance psicomotora e assim fazer um juízo sobre esta capacidade. Mais difícil é medir a produção intelectual e assim as faculdades cognitivas, e muito, muito mais complexo, praticamente impossível, traduzir em termos quantitativos o que diz respeito aos domínios volitivo e afetivo.

Fala-se muito hoje em "controle de qualidade" e em "qualidade total". São sempre práticas que exigem a avaliação e assim um referencial que as justifique e que não se resumem a simples medidas e quadros estatísticos. Só se pode falar em "qualidade total" em relação a um determinado fim, a um objetivo estabelecido.

"Qualidade Total" no plano da educação seria um tipo de prática tanto da família quanto da escola que promovesse o desenvolvimento da criança em todas as instâncias. O desenvolvimento do seu físico, da sua inteligência, da sua vontade, da sua sensibilidade e ainda das características próprias da sua personalidade:

O ideal da qualidade total vai exigir do educador uma série de reformulações e uma clara e bem estabelecida escala de valores para que, visando otimizar um aspecto do todo, não prejudique o outro ou a própria pessoa na sua totalidade.

Sempre que o homem se encontra diante de uma grande dificuldade, de um grande obstáculo, tenta encontrar uma saída, um meio de contorná-los.

É por isto que são adotadas no julgamento do processo educacional metas a alcançar, provas, testes e outros meios que permitam de certo modo situar o aluno em relação ao outro, à sociedade e aos objetivos de ensino almejados. Esses meios podem ser admitidos desde que se tenha sempre em mente a fragilidade de seus resultados e o relativismo de suas indicações. Já foi dito que a avaliação no campo da educação deve ser feita em função de objetivos bem definidos. Isto significa priorizar o contínuo desenvolvimento da pessoa e da personalidade em busca da realização humana mediante a aquisição dos valores a ela adequados. O primeiro passo da avaliação deve, então, sempre ser o

estabelecimento do quadro hierarquizado dos valores.

Diferentemente de avaliar, medir é comparar tendo por base uma escala fixa. A medida objetiva pode em educação ajudar ou dificultar o conhecimento da real situação do educando. Ajuda, se é tomada como um dado entre outros e se for determinado com precisão o que está medindo. Caso contrário, pode confundir a interpretação por considerar-se a parte como o todo.

Pode-se concluir, por exemplo, que o aluno que se saiu mal em Matemática é incapaz para qualquer atividade intelectual ou que o seu fracasso seja proveniente de uma real deficiência quando, na realidade, pode advir de uma aprendizagem malfeita. "Pode-se medir o resultado de um esforço físico, de uma experiência das ciências da natureza ou mesmo da produção intelectual. Esse resultado, no entanto, pode auxiliar a avaliação do homem mas nunca ser aceito como último e definitivo pois, quando se trata do ser humano, qualquer medida é sempre parcial, incompleta e pouco confiável" (Werneck, 1996, p. 119). A nota como medida do aprimoramento escolar é somente um código dentro de um sistema global de codificação. É uma medida que vai oferecer um subsídio para a avaliação e não ela própria um meio de avaliação. Vai expressar a quantidade de matéria conhecida e o modo pelo qual é conhecida. Vai informar sobre a quantidade e a qualidade de ensino e da aprendizagem. Será ainda necessário levar em conta as diferenças individuais e os diferentes ritmos e preferências dos alunos para bem avaliar-se o seu desenvolvimento.

Uma reprovação pode ser extremamente prejudicial com graves efeitos na formação da personalidade, em casos em que seja insuficiente o conhecimento intelectual mas adequado o desenvolvimento emocional. O impacto nesta área será mais pernicioso do que a falta de domínio dos conteúdos das disciplinas. Para outros alunos emocionalmente imaturos a reprovação pode ser benéfica, mesmo sendo satisfatório o grau de conhecimento demonstrado. A avaliação da performance escolar é um desafio para o educador que não se resolve apenas com medidas objetivas mas que requer uma visão mais ampla que contemple o educando como

um todo, não se reduzindo a mensurar as diversas manifestações da sua personalidade.

A medida expressa a quantidade, enquanto a avaliação envolve um julgamento de valor e uma expressão qualitativa. A medida permite o conhecimento de dados parciais e determinados com relação a definidas metas e objetivos. A avaliação tem que ter horizontes mais largos já que em última instância avalia-se um ser humano. O respeito passa então a ser o critério principal e os referenciais "pessoa" e "personalidade", os únicos possíveis.

Considerou-se aqui a personalidade sob o prisma do sistema de carência de valores. Percebe-se que ela pode também ser considerada como o sistema de valores adquiridos, incorporados ao ser pessoal. O homem não apenas busca os valores mas os instaura no real: em si mesmo, no outro e no mundo em geral.

A personalidade não nasce pronta. Embora haja um sistema de carências próprias de cada um, a aquisição de valores pelos processos da educação e a bagagem de conhecimentos recebidos pela instrução vão constituir também a personalidade. Nisto consiste a formação da personalidade feita pela educação. A personalidade é constituída por carências e valores incorporados. É possível o aprimoramento, o aperfeiçoamento e, em certa medida, a mudança da personalidade, o que dá grande alento ao educador.

A carência do valor pode ser preenchida com um contravalor ou com um valor. É função da educação e da instrução levar o educando a distinguir o contravalor do valor e a apreendê-lo adequadamente.

A necessidade de afeto pode levar um jovem a supri-la tanto pela droga como por uma amizade sincera. A necessidade do conhecimento da verdade pode levar à curiosidade mórbida ou à ciência. Aparece aí o papel do educador como orientador e como aquele que apresenta a vida ao educando.

O homem tende naturalmente para valores nas suas múltiplas formas mas é a razão que analisa e emite sobre eles os juízos de valor. É natural a tendência para o prazeroso, para o agradável, mas é a razão que julga que situação agradável

merece ser procurada por constituir um real valor e não um contravalor para o sujeito. Diante do juízo de valor é a vontade e não mais a simples tendência que vai mobilizar-se para a ação em sua procura, a vontade busca o valor objetivando instaurá-lo no indivíduo em situação de falta. Exemplificando com alguém que tende para o valor do belo: a razão julga a beleza um valor adequado para satisfazer a necessidade estética. Em decorrência, a vontade leva o sujeito a aprender a pintar, a tocar instrumentos e a adquirir obras de arte.

Uma avaliação mais apurada deve verificar a normalidade das tendências (a tendência anômala pende para o contravalor, para o pernicioso, para o feio, para o mal), a retidão dos juízos e a força instauradora da vontade. Assim como podem ser detectados desvios na tendência, pode haver falhas no processo do julgamento do valor adequado e na capacidade de ação da vontade que dificultem a passagem da decisão para a ação. Esses três aspectos importam na avaliação educacional. Depara-se comumente com o educando que tende para o contravalor por considerá-lo um valor; ou com outro que, embora tendendo para o contravalor, julga-o corretamente. Existe ainda aquele cujos juízos de valor estabelecem nexos impróprios e inadequados. E outro que julga corretamente sem que a vontade passe à ação, não instaurando, pois, nunca o valor em si ou no mundo através da cultura.

Errar na avaliação do processo psíquico deficiente ou considerar a falha de uma fase como deficiência de todo o processo pode trazer conseqüências desastrosas e definitivas.

São freqüentes, por exemplo, os casos de educandos de ótimo nível intelectual que apresentam desempenho deficiente por não ter sido a área da vontade adequadamente trabalhada.

A avaliação educacional, ultrapassando a simples medida e considerando o educando nas suas diferenças e peculiaridades, pode adotar padrões de medida diferentes para cada um conforme a situação focalizada.

O que pode parecer uma grande injustiça - a observação individualizada - é na verdade, desde que estabelecidos os referenciais ideais, a mais justa e adequada forma de avaliação

Avalia-se o indivíduo na sua subjetividade através de manifestações objetivas. É sempre um julgamento que se utiliza do método extrospectivo. É pela observação das manifestações da sensibilidade, da razão e da vontade que é feito o julgamento da pessoa. É, pois, preciso ter-se presente a dificuldade de se conhecer com exatidão o sujeito da avaliação, já que esta só é feita pelas demonstrações das suas faculdades..

A avaliação é o julgamento do valor de alguma coisa. No campo da educação são avaliados o sistema, os programas, os currículos, a administração, os professores e os alunos.

Todas essas considerações parecem ficar muito no plano teórico, muito longe da realidade da vida e da práxis educacional. No entanto, como já foi dito, não se pode fugir da fundamentação filosófica e o melhor método de avaliar, tanto o sistema quanto os programas, os currículos, a administração, a atuação dos professores ou a atitude dos estudantes, só pode ser um: o quanto possibilitem, encorajem o aprimoramento do homem, seja como pessoa seja como personalidade individual.

Na área da educação, a mensuração de cunho técnico, embora útil, não substitui a necessidade da avaliação, e a excessiva importância dada às estatísticas e aos testes quantitativos pode perverter o processo, deturpar o conhecimento e mascarar a real situação em que ela se encontra. O que se consegue é apenas medir, verificar mas não avaliar já que se deixam de lado os objetivos primeiros e fundamentais a serem atingidos. Cai-se ainda na falácia de considerar nesses tipos de exames apenas o processo da educação formal, sem levar em conta os fatores informais que atuam na prática educacional.

O homem nasce e cresce num meio cultural e dele recebe influências que interferem na formação de sua sensibilidade, no seu conhecimento pelas informações passadas, na sua vontade pelas experiências vividas. É extremamente difícil avaliar a cultura, embora os referenciais tenham que ser os mesmos da educação. Contudo não se pode negar nem desconhecer a interferência por ela exercida na educação. Impõe-se assim a necessidade da avalia-

ção não somente do âmbito escolar mas também no da cultura do passado e no da produção cultural da atualidade. Caso contrário, corre-se o risco de a cultura contrapor-se à ação educacional e de certo modo desfazê-la, destruí-la.

Ceres Santos da Silva mostra que "avaliar deriva de valia que significa valor. Portanto, avaliação corresponde ao ato de determinar o valor de alguma coisa. A todo o momento o ser humano avalia os elementos da realidade que o cerca. A avaliação é uma operação mental que integra o seu próprio pensamento - as avaliações que faz orientam ou reorientam sua conduta." (Silva, 1992, p.11) A avaliação da cultura é feita por todos todo o tempo. Apenas os referenciais não são estabelecidos claramente porque se considera, com freqüência, ser impossível defini-los, não podendo, portanto, a cultura sofrer qualquer tipo de avaliação.

A avaliação tem por finalidade a percepção da relação da situação atual com a ideal, o possível afastamento dos objetivos propostos, das metas a alcançar, de maneira a permitir a constante e rápida correção de rumos com economia de esforço e de tempo. Sua função não é punitiva, como freqüentemente parece ser entendida nos meios escolares, nem de mera constatação diletante, mas a de verificar em que medida os objetivos inicialmente propostos estão sendo alcançados.

O hábito da avaliação, porém, sentido é útil e saudável tanto para o educador quanto para o educando. Devem ser tomados todos os cuidados quanto ao estabelecimento dos referenciais e dos padrões de medida porque uma avaliação malfeita pode trazer prejuízos levando ao desânimo, a desilusões ou mesmo a desistências injustificadas.

A avaliação pode ainda ser usada como um instrumento de poder na mão de alguns para garantir-lhes a posição de mando.

O processo da avaliação em educação pode ocorrer nos seguintes momentos:

a) Determinação do ideal mobilizador da ação. É a fase do estabelecimento dos referenciais.

b) Demarcação das possíveis metas a alcançar. Fase muito importante, pois que o ideal

perfeito é sempre inatingível, embora sirva de ponto de referência. Se não forem estabelecidas metas parciais possíveis de serem alcançadas, corre-se o risco da contínua constatação do fracasso, tão desalentadora.

c) Recolhimento de dados informativos sobre a situação com a maior objetividade possível. Pode-se aí recorrer à estatística. Esta ciência será de grande utilidade se representar apenas um momento do processo; mas não, se seus resultados forem considerados como os únicos dados para o avaliador. A mensuração dos dados deve ser feita com os instrumentos de medida próprios. Devem ajudar neste momento os conhecimentos da fisiologia, da psicologia e de outras ciências que possibilitem o conhecimento do objeto de estudo para que sejam aplicados os instrumentos de medida adequados

d) Formação dos juízos de realidade que constatem os nexos entre os dados observados e especialmente a formação dos juízos de valor, que os vão relacionar com o ideal que foi o objetivo de toda a ação educacional.

A avaliação vai assim programar a ação, diagnosticar os problemas que ocorrerem ao longo do processo e acompanhá-lo passo a passo corrigindo suas falhas e desvios.

É bom ainda lembrar que os instrumentos de medida interferem no processo provocando distorções e erros na avaliação. Há sempre a necessidade de se estabelecerem parâmetros e normas de validade para o próprio instrumental de mensuração, auxiliar de avaliação.

Embora seja possível medir os dados concretos e as performances das sensações, não se pode ter o mesmo procedimento com os desempenhos dos sentimentos e da ação livre. É impossível a precisão quando se trata de conhecer o grau do sentimento ético, estético ou religioso. Por mais que se procurem instrumentos para esses tipos de avaliação, todos apresentam falhas que os tornam pouco confiáveis.

Resta apenas comentar mais uma vez o papel do educador como avaliador.

Precisa-se ter sempre em mente que suas características peculiares, seja como pessoa

humana, seja como personalidade com uma determinada escala de valores, com um específico temperamento e caráter, vão interferir na avaliação que fizer.

O educador deve ter a consciência da própria visão do mundo, da sua formação ideológica, dos seus sentimentos e hábitos, não para eliminá-los ou impedir que interfiram no seu julgamento, mas para, conhecendo-os melhor, controlar a sua influência. Frequentemente ocorrem distorções na avaliação educacional por conta da ideologia do educador. O conhecimento de si mesmo por parte do avaliador é condição e pré-requisito para a fidelidade da avaliação.

Todas essas considerações mostram a necessidade da constante preocupação com a avaliação. A revisão dos métodos e técnicas, a reciclagem dos professores, a reflexão sobre os sistemas de avaliação podem minimizar os problemas que advêm dos erros nesta prática.

A educação configura-se como um processo de controle social, de direcionamento da vida do indivíduo e da comunidade que exige imensa responsabilidade do educador. A este cabe estar sempre atento às conseqüências que podem decorrer da sua avaliação.

Referindo-se a avaliação a objetivos previamente fixados pelo educador/ pais/professores, o resultado da avaliação educacional vai mostrar não apenas o sucesso ou o fracasso do aluno mas também do educador. Mostra Vianna (1992) que "se até há pouco tempo a avaliação enfocava sua atenção na mensuração apenas do desempenho escolar, hoje a preocupação está em avaliar o próprio sistema educacional como um todo. Esse novo posicionamento deve-se principalmente ao reconhecimento de que algumas informações prioritárias como a eficácia da educação pré-escolar, o treinamento dos professores e a influência dos fatores socioeconômicos no processo de aprendizagem são extremamente diferentes". (Vianna & Franco *apud* Machado, 1994, p. 10).

O ato de avaliar mostra o desejo do ser humano de superar-se, de não aceitar passivamente a situação, de ser mais. Ao que parece, a realização efetiva do possível depende muito da consciência que se tem dessa vontade e desse poder de crescimento, de desenvolvimento. A

avaliação é o primeiro passo dado pelo homem no processo de humanização de si mesmo, do outro e da natureza.

O hábito da avaliação não deve, por fim, ser um procedimento restrito aos educadores mas deve ser transmitido aos educandos para que

pela auto-avaliação desenvolvam a autoconsciência, a capacidade de reflexão e o desejo de auto - aperfeiçoamento. Seria, portanto, ainda tarefa do educador levar o educando à reflexão, à autoconsciência que possibilita a avaliação das próprias potencialidades para que possa realmente aprimorar-se e melhorar o mundo.

ABSTRACT

The old and new question on appraisal.

The text points out that the matter on appraisal is long-dated. Yet, men are now reflecting on such question more systematically.

Appraising can only be done in regard to the concept of value. Value is what somehow can meet a certain human need. The appraising approach analyses the value of something related to some human wish. The question of appraisal cannot, therefore, be defined in the light of mere techniques without taking into account philosophical grounds.

Appraising should be based on human nature as both the "self-being" and "personality".

Also, it focuses on the appraisal in the education field.

Considering education as a process leading to an adequate understanding and hierarchy of values by means of sensibility to both the material and non material values, the text concludes that appraising should ponder over the two instances. It should approach the performance of sensibility, intelligence, and will of the mankind.

Finally, it brings out the difference between appraising and measuring.

Referências Bibliográficas

- BLOOM, B. S., KRATHWOHL, D. R., BERTRAM, M.** *Taxionomia de objetivos educacionais*. Tradução por Jurema Alcides Cunha, Flávia Maria de Sant'Anna. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1977. 2v.
- FRONDIZI, R.** *Que son los valores?: introduccion a la axiologia*. Mexico, D.F.: Fondo de Cultura Economica, 1986. (Breviarios del Fondo de Cultura Economica; 135)
- GOBRY, Y.** *De la valeur*. Louvain: Vander Vaunvelaerts, 1975.
- LAVELLE, L.** *Traite des valeurs*. 2.ème. ed. Paris: Presses Universitaires de Frances, 1991. 2 v. (Logos. Introduction aux etudes philosophiques)
- MACHADO, N. J.** Avaliação educacional: das técnicas aos valores. *Revista Psicopedagógica*, São Paulo, v.13, n. 28, p. 09-18, jan. 1994.
- REALE, M.** *Experiência e cultura: para a fundação de uma nova teoria geral da experiência*. São Paulo: EDUSP: Grijalbo, 1977. 278 p.
- _____. *Filosofia do direito*. São Paulo: Saraiva, 1975. 2 v.
- _____. *Verdade e conjuntura*. Lisboa: Guimarães, 1996. 188 p.
- SCHELER, M. F.** *Le formalisme en éthique et l'éthique matériale des valeurs: essai nouveau pour fonder un personalisme éthique*. 6.ème.ed. Paris: Gallimard, 1955. 640 p. (Bibliothèque de philosophie)
- SILVA, C. S.** *Medidas e avaliação em Educação*. Petrópolis: Vozes, 1992. 2 v. (Educação)
- WERNECK, V. R.** *Educação e sensibilidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996. 134p.